

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2014



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2.	ACTIVIDADE EM 2014.....	4
	2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
	2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	6
	2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	9
	2.4 NOTAS FINAIS.....	10
	2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11
3.	ANEXOS	12
	ANEXO I - DECLARAÇÃO DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	12
	ANEXO II - POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	14
	ANEXO III - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	14
	ANEXO IV- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS E DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA	15

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Pereira de Lima Freitas e Costa	Presidente
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho	Vogal não executivo
Carla Andreia Duarte Silva	Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, com sede na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa, inscrita na OROC sob o nº 23 e na CMVM sob o nº 329, representada por Dr. Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

Suplente:

Dr. CARLOS ALBERTO DOMINGUES FERRAZ, ROC nº 362, com domicílio na Av. da Liberdade, nº 245 – 8º A, B e C, 1250 - 143 Lisboa;

2. ACTIVIDADE EM 2014

2.1 EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

Ações Chinesas, dólar norte-americano, obrigações de dívida soberana nos EUA e petróleo foram os principais temas nos mercados financeiros em 2014, num ano que marcou...

A forte subida das ações Chinesas (com o índice Shanghai Composite a registar uma valorização de 52,9% em 2014), a forte valorização do dólar norte-americano (com o índice do dólar a valorizar-se 12,7% em 2014), a valorização das obrigações do Tesouro norte-americano (com a taxa de juro a 10 anos a cair dos 3,03% no final de 2013 para 2,17% no final de 2014) e a forte queda do petróleo (com a cotação do Brent a baixar 48,3% em 2014) estiveram entre os principais temas que marcaram o ano de 2014 nos mercados financeiros.

A cotação do petróleo registou a maior queda anual desde 2005 - traduzindo a combinação de um excesso de oferta de crude nos mercados internacionais e a mais forte valorização do dólar norte-americano no espaço de um ano desde 2005 - teve um impacto claramente negativo no setor, tanto em termos de mercado de ações, como no que se refere ao mercado de crédito, principalmente nos EUA, embora tal não tenha impedido o índice de ações dos EUA (S&P500) de terminar o ano junto dos seus máximos históricos. Desde o final de 2008, 2014 foi o quinto ano de subida para o índice norte-americano de ações, tendo terminado 2011 com uma variação nula.

Ações Chinesas, obrigações do Tesouro de Espanha, Itália e do Reino Unido, assim como o índice de ações do S&P500 nos EUA estiveram entre os ativos que apresentaram taxas de retorno mais elevadas em 2014. Entre os ativos que apresentaram as taxas de retorno mais baixas, uma referência para o petróleo, tanto o Brent como o WTI, as ações na Grécia e em Portugal, num ano marcado em Portugal pelos problemas no grupo BES/GES, assim como a prata.

...o quinto consecutivo de expansão do atual ciclo económico, apesar de um início algo desapontante,...

O ano de 2014 teve início com os investidores a anteciparem um enquadramento de significativo crescimento económico ao nível da economia global. Contudo, as expectativas acabariam por ser desapontadas no 1º trimestre do ano, fruto da contração do PIB da economia dos EUA no trimestre (com uma variação trimestral anualizada de -2,1%), em virtude de condições meteorológicas adversas, um ajuste no ritmo de constituição de existências, menores exportações para a China e uma queda nas despesas relacionadas com a área da saúde, após a entrada em vigor de uma nova legislação para o setor.

... com a economia dos EUA a revelar-se novamente decisiva ao longo de 2014

A economia dos EUA acabaria contudo por registar uma forte recuperação em meados do ano, com uma taxa de crescimento média trimestral anualizada próxima de 5,0% no 2º e 3º trimestre de 2014. Os sinais de forte crescimento económico observados em meados de 2014 pela economia dos EUA contrastaram, no entanto, com o enquadramento observado no resto da economia global.

No Japão, o aumento da taxa do IVA implementada no início do 2º trimestre acabou por ter um efeito bem mais negativo do que era esperado ao nível do consumo privado. Depois de um arranque relativamente desapontante, a economia Chinesa acabaria por registar uma taxa de crescimento do PIB em termos reais de 7,4% em 2014, não muito diferente de 2013 (7,7%), mas representando o valor mais baixo desde 1990, relembrando a inevitabilidade de

se caminhar gradualmente para uma taxa de crescimento mais baixa. Desenvolvimentos de natureza mais idiossincrática noutras regiões, como os problemas geopolíticos em torno da Rússia e da Ucrânia, a forte subida nas taxas de juro implementada pelo Banco Central da Turquia no início de 2014, a continuação do ciclo de subida da taxa Selic pelo Banco Central do Brasil, o envolvimento militar por parte de Israel na faixa de Gaza e disputas laborais no sector industrial/extração de minérios da África do Sul, todos eles contribuíram de uma forma direta ou indireta para um menor crescimento da economia global face às expectativas que existiam no início do ano, principalmente na primeira metade de 2014.

2014 foi um ano de fraco crescimento para a região do euro

Na Zona Euro, a economia deu continuidade ao ciclo de expansão económica iniciado a partir do início do 2º trimestre de 2013. Segundo o relatório de Inverno da Comissão Europeia, a economia registou um crescimento de 0,8% em 2014, um ritmo claramente insuficiente para fazer face à elevada taxa de desemprego observada na região (11,4% no mês de Dezembro de 2014), e à tendência de queda na taxa de inflação observada ao longo de todo o ano, tendo esta inclusivamente terminado 2014 com uma leitura negativa de -0,2% (em termos de taxa de variação homóloga), após ter incorporado o impacto do colapso no preço do petróleo na segunda metade do ano. Aliás, 2014 foi um ano de baixa inflação para várias economias, mas principalmente para a Zona Euro, o que levou o Banco Central Europeu, não só a avançar com novas reduções nas suas taxas de juro de referência (com a taxa de depósito a situar-se em -0,20% desde Setembro), mas também com políticas denominadas de “não convencionais”, como um programa de cedência de liquidez para incentivar a concessão de crédito à economia ou um programa de compra de dívida do setor privado no mercado secundário.

Na área dos países em vias de desenvolvimento, 2014 mostrou que a economia Brasileira continua a apresentar vários desequilíbrios macroeconómicos

Na área dos países em vias de desenvolvimento, uma referência especial para o Brasil. 2014 foi ano de eleições Presidenciais para o Brasil, mas foi igualmente um ano em que os vários desequilíbrios macroeconómicos que o país continua a apresentar ficaram bem visíveis. Um défice da balança de transações correntes de 4,2% do PIB, uma taxa de inflação no consumo de 6,4% (bem acima do objetivo do banco central de 4,5%), um défice das contas públicas de 6,7% do PIB em 2014 e um aumento do rácio da dívida pública para 63,4% do PIB mostram bem a urgência relativamente à implementação das necessárias medidas de política económica e fiscal por parte do novo governo de Dilma Rousseff reeleita em 2014 para um segundo mandato que terminará no final de 2018. A economia Brasileira estagnou em 2014 (+0.2%), num enquadramento de desvalorização do Real, subida das taxas de juro pelo Banco Central do Brasil e queda dos preços das matérias-primas.

Observando outras classes de ativos, um destaque para a evolução da dívida de governos na periferia da Zona Euro

Observando o mercado de crédito, o segmento *High Yield* nos EUA foi penalizado pelo impacto da queda no preço do petróleo na área da energia, enquanto o segmento de *Investment Grade* foi claramente suportado pela forte performance das obrigações do Tesouro norte-americano (o melhor ano para esta classe de ativos desde 2011) acima mencionada. Na Europa, o ano foi positivo para a área das obrigações soberanas, beneficiando da expectativa do mercado relativamente ao anúncio do Banco Central Europeu de um programa mais vasto de compra de ativos, passando nomeadamente pela inclusão de dívida pública. Nesse sentido, os mercados de dívida pública da periferia da Zona Euro estiveram em claro destaque pela positiva ao longo de 2014. A performance dos índices de ações na Europa foi contudo bem mais modesta, traduzindo provavelmente a fraca evolução da economia da Zona Euro. Observando os mercados de ações da área dos mercados emergentes, o ano de 2014 foi claramente desfavorável a esta área. O índice da MSCI para a área dos mercados emergentes registou a primeira variação anual negativa em

12 anos, reflexo das preocupações com a queda da cotação do petróleo, riscos geopolíticos e os receios relacionados com o impacto do esperado início do ciclo de subida das taxas de juro por parte da Reserva Federal dos EUA. A moeda da Rússia registou o seu pior ano desde o incumprimento do país em 1998.

2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2.2.1. - A Actividade da FINCOR

No exercício de 2014, a FINCOR, consolidou a sua posição como o maior operador de bolsa independente em Portugal e um dos principais do mercado em Portugal. A Fincor opera nos principais mercados mundiais e nas principais classes de activos, sendo membro da NYSE Euronext (Lisboa, Amsterdão, Bruxelas e Paris). Fruto do trabalho realizado junto de investidores institucionais nacionais e internacionais ao longo dos últimos anos a FINCOR tem mantido uma posição de referência no mercado financeiro português.

Em 2014, em valores acumulados de Janeiro a Dezembro, a FINCOR ocupou o 5.º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em acções por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 8.3%, tendo sido destacadamente a maior corretora independente portuguesa em acções. Apesar disso, constatou-se no ano transacto alguma redução da quota de mercado da FINCOR, situação normal após 5 anos de tão rápido crescimento da sua actividade. Refira-se que a quota de mercado da FINCOR no ano em que foi adquirida pela Patris era de apenas 3,2%. Os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras de acções em Portugal. Tal prova que os clientes da FINCOR se revêm na sua proposta de valor que se alicerça na isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

É ainda importante realçar que paralelamente à tendência de crescimento significativo de receitas no segmento accionista, a FINCOR desenvolveu em 2013 o segmento de execução de operações em dívida cuja actividade havia iniciado em Dezembro 2012. Durante o ano de 2014, a FINCOR desenvolveu diversos esforços comerciais por forma a dinamizar a execução desta classe de activos e oferecer um serviço mais integrado aos nossos clientes, mantendo os valores que tem permitido à FINCOR destacar-se no mercado de acções, nomeadamente, a isenção e independência, eficiência e qualidade de execução.

Em 2014, em valores acumulados de Janeiro a Dezembro, a FINCOR subiu do 4º lugar no ranking de valor de ordens recebidas em dívida por intermediário financeiro, com uma quota de mercado de 2.8%, para o 3º lugar no ranking, intermediando cerca de 7,3 mil milhões de euros de títulos de dívida. Em 2014 a FINCOR não só manteve como reforçou o seu lugar de maior corretora independente portuguesa em dívida. Tal como no segmento accionista, os resultados obtidos mostram que a FINCOR voltou a conseguir sobrepôr-se a diversas entidades corretoras integradas em grupos bancários com redes de distribuição próprias, consolidando a sua posição no topo das operadoras em Portugal.

Adicionalmente à evolução da actividade, a FINCOR manteve o seu foco nas significativas alterações de fundo que permitem oferecer um serviço de maior qualidade e eficiência aos nossos clientes. Estas alterações implicaram uma mudança estrutural na actividade operacional e infra-estrutura informática da corretora. A FINCOR conseguiu efectuar todas essas mudanças estruturais sem causar turbulência ou impacto significativo na qualidade de serviço prestado ao cliente. Dentro das alterações efectuadas e que merecem destaque, encontram-se:

- consolidação da operativa com o novo banco depositário, liquidatário e de custódia. A FINCOR terminou a sua ligação ao Banco BPN/BIC em 2012, optando por seleccionar um banco Holandês, o KAS Bank, com mais de 200 anos de existência, especializado nestas actividades e de *rating* elevado, que permite oferecer maior segurança e robustez aos nossos clientes. Esta alteração tornou-se fundamental com a internacionalização da actividade da corretora.

- migração da operativa de clearing, efectuada nas seguintes fases: i) Estabilização da operativa diária; ii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o banco depositário; iii) Redefinição das ligações entre o sistema operacional e o sistema contabilístico; iv) Actualização dos manuais de procedimentos.

No que diz respeito ao ponto i) foi necessário criar internamente, na Sociedade Corretora, uma área de liquidações, uma vez que essa operativa era exercida diariamente pelo Banco BPN/BIC. Esta área já estava operacional no dia 26 de Novembro de 2012, data da alteração do banco depositário, não se tendo registado nenhuma ocorrência de relevo que tenha posto em causa a liquidação das operações dos nossos clientes.

A segunda fase ainda se encontra em desenvolvimento. Neste momento a FINCOR está a instruir de forma manual as operações junto do banco depositário, estando a desenvolver um sistema de comunicação, via *swift*, por forma a automatizar o envio da informação.

A terceira fase encontra-se concluída, uma vez que, já estão definidos e implementados os novos conjuntos de regras e procedimentos que permitem contabilizar automaticamente as operações no sistema contabilístico através de informação extraída do sistema operativo.

Os manuais de procedimentos relativos à operativa que envolve o banco depositário foram actualizados ao longo do ano de 2014.

- Mudança de ligações informáticas e acesso a dados de mercado. Neste campo especialmente sensível na actividade da FINCOR, foram alteradas as ligações que nos garantem o acesso directo e mais rápido aos dados de mercado, encontrando-se a FINCOR, neste momento, ligada directamente ao nosso fornecedor em Londres.

2.2.2 - A Estratégia da FINCOR

Em 2014, a FINCOR continuou a implementar o plano de negócios delineado após a sua aquisição pelo Grupo Patris. A estratégia definida, assim como, a execução do plano de negócios, revelaram-se bem sucedidos e com evidentes resultados para a corretora. Os clientes continuaram a reconhecer a excelência do serviço que a FINCOR procura constantemente oferecer, assente nos seguintes valores fundamentais: objectividade, independência, rigor e profissionalismo.

A FINCOR continuou a fomentar fortemente o seu esforço comercial, captando novos clientes, insitucionais e particulares, ao longo do ano de 2014. Os clientes institucionais actualmente representam mais de 95% do volume de negócios, sendo os restantes cerca de 5% originados em particulares. A aposta na internacionalização da actividade iniciou-se em 2012, acentuou-se em 2013, e manteve-se em 2014, o que tem permitido continuar a alargar a base de clientes e diversificar a actividade tornando-a mais sustentada e consistente.

Para a dinamização desta actividade e concretização dos objectivos inicialmente propostos, foram tomadas diversas iniciativas relevantes por forma a facilitar o trabalho comercial e acentuar o valor acrescentado aos clientes a operar com a FINCOR. Das diversas actividades desenvolvidas, destaque para:

M
bc AM

- Dinamização de uma área de *research* competente, independente e rigorosa. Esta área é composta por uma equipa de elementos que combinam: i) elementos com elevada experiência e conhecimento de mercados com ii) elementos mais jovens com elevado foco e vontade de aprender. Deste modo, acreditamos que esta área acrescenta valor aos nossos clientes prestando um serviço profissional e focado na geração de ideias independente.

- Renegociação regular de custos que permitem praticar preços competitivos que vão ao encontro das necessidades dos clientes e que facilitem o trabalho comercial desenvolvido;

- Alargamento de classes de activos em que a FINCOR opera regularmente, nomeadamente, através do esforço desenvolvido no lançamento e dinamização da execução de operações na actividade de dívida.

A consolidação do modelo de negócios da FINCOR como corretora independente deverá agora passar pela manutenção da posição atingida no mercado de acções e incremento da quota de mercado na negociação de dívida, nomeadamente, de dívida pública para clientes institucionais. Adicionalmente, a FINCOR efectuará esforços para dinamizar a sua actividade em novos canais e na negociação de outros instrumentos financeiros, nomeadamente, através do canal *online* e da negociação de CFD's para clientes particulares.

Com tal desiderato em vista, foi-se dinamizando a actividade da FINCOR através do incremento da sua actuação em áreas de negociação que, ou não existiam na empresa, ou cujas potencialidades de atracção de negócio não estavam devidamente identificadas.

Num ciclo anual é possível referenciar os marcos da execução do plano estratégico de desenvolvimento da FINCOR da seguinte forma:

- a) A dinamização da intermediação de ordens em Acções:
- b) O desenvolvimento da actividade em CFDs e em derivados:
- c) A introdução da negociação nos mercados de dívida pública e privada e
- d) O alargamento da negociação ao mercado cambial e a implementação do canal "online".

O investimento que foi feito no desenvolvimento de soluções de *front-office* e *back-office* para a negociação electrónica e liquidação de transacções de acções, procurando sempre obter os mais elevados padrões de funcionalidade e fiabilidade operacional, veio a traduzir-se em modernas e completas plataformas de negociação e controlo de risco operacional e financeiro.

Em 2014, a FINCOR irá dinamizar uma plataforma de recepção e de execução de ordens "online" (através da *internet*), de forma a posicionar-se para conquistar quota de mercado nesse canal e noutros instrumentos financeiros, como os CFDs.

2.2.3 - A Organização Interna da FINCOR

Foi um ano importante para se consolidar o investimento feito no exercício transacto, atingindo uma maior estabilidade, quer ao nível da segurança, quer ao nível de uma maior eficiência no tratamento das operações relacionadas com a actividade da Fincor.

Uma das maiores preocupações foi integrar os sistemas de negociação com o sistema central, visando melhorar o nível de serviço prestado aos clientes. Os riscos com a segurança também foram uma preocupação, tendo-se, por isso, ajustado a política de contingência de forma a cumprir-se com os requisitos impostos pelas Entidades de Supervisão, mitigando os riscos da sociedade.

Também foram revistos os procedimentos e políticas, ajustando-os à realidade actual, no sentido de se ter uma linha orientadora de actuação nas diversas áreas que intervém na actividade da sociedade.

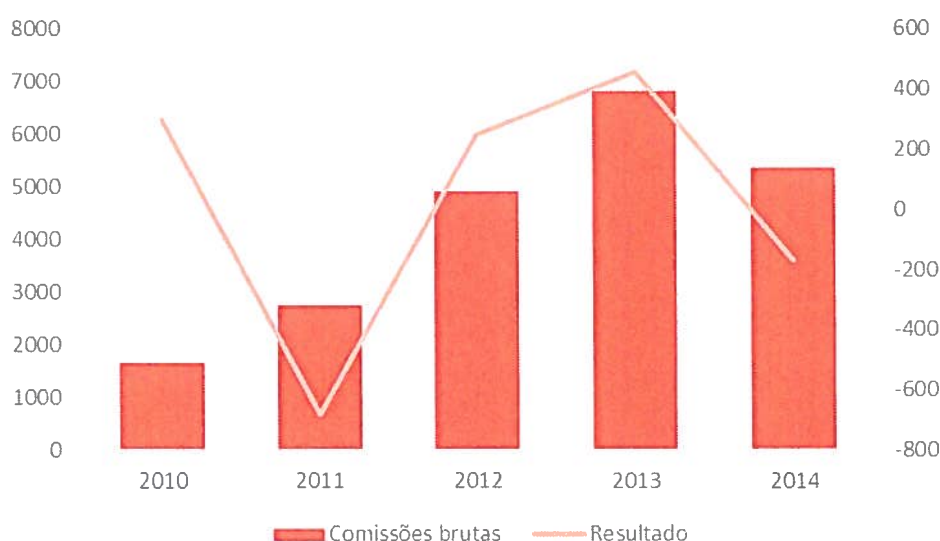
No que se refere aos parceiros de negócio, foi desenvolvido um trabalho que visou normalizar os requisitos e pressupostos da contratação, bem como, uma maior eficiência financeira para a Fincor. Foi também um ano importante na recuperação e normalização do passado.

2.3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A tendência de crescimento evidenciado na actividade da FINCOR e que tem sido bem visível desde 2010 sofreu uma ligeira retracção em 2014, para um valor de comissões brutas de 5.352 milhares de Euros e de comissões líquidas de 2.558 milhares de euros, o que reflecte algum decréscimo relativamente ao exercício de 2013. Apesar desta redução de proveitos, 2014 constituiu o 2º melhor ano de sempre e foi negativamente afectado pelas condições do mercado português observadas na segunda metade do ano transacto.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Evolução das Comissões Brutas e dos Resultados
(em milhares de euros)



Apesar do forte aumento dos investimentos operacionais, informáticos, do *site* e da plataforma de negociação de CFD's e em recursos humanos, os principais custos da sociedade foram inferiores aos registados em 2013, o que evidencia bem o cuidado da gestão em manter a eficiência operacional da sociedade.

O produto bancário reduziu-se em 2014 para 1.708 milhares de euros, tendo em consequência dessa redução os resultados antes de impostos sido negativos em 52 mil euros, e os resultados depois de impostos atingido os 171 mil

euros negativos. Esta evolução negativa deveu-se em boa parte a factores não recorrentes, pelo que se estima que em 2015 a evolução de todas estas rubricas seja claramente positiva.

Importa também referir que a estrutura de custos da sociedade mantém um grau de flexibilidade que lhe permitiria acomodar ou reagir rapidamente a uma alteração adversa do volume de actividade, não comprometendo o patamar de sustentabilidade da sociedade.

O quadro seguinte resume os indicadores mais relevantes do período 2010 a 2014:

Principais Indicadores de Atividade					
	2010	2011	2012	2013	2014
Comissões Brutas	1662	2747	4920	6813	5352
Encargos com comissões	746	1263	2427	3498	2794
Comissões Líquidas	916	1484	2493	3315	2558
Produto Bancário	1763	1331	2493	3235	1708
Custos com o pessoal	360	347	702	836	642
Gastos Gerais Administrativos	933	1083	1344	1625	1796
Resultados antes de impostos	433	-839	405	767	-52
Resultado Líquido	300	-681	247	458	-171
Capital Próprio	909	223	478	936	765

2.4 NOTAS FINAIS

Durante o exercício de 2014 não ocorreram factos adicionais que mereçam nota de destaque para além dos referidos no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Mais se declara que não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de acções próprias durante o exercício.

Adicionalmente se refere que nos primeiros meses de 2015 não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser reflectidos nestas demonstrações financeiras ou de outro modo.

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2014.

- Às entidades de supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Fiscal Único da Sociedade e aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- A todos os clientes da Sociedade, pela confiança manifestada;

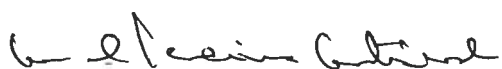
B

AN

- Aos colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que foram factores decisivos para os resultados alcançados.

- Ao accionista único, a REAL VIDA SEGUROS, S.A. pelo apoio e orientação estratégica recebidos.

Lisboa, 14 de Maio de 2015



Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)



Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho



Carla Andreia Duarte Silva

2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de Euros 170.705,44, seja transferido para Resultados Transitados.

3. ANEXOS

Anexo I - Declaração de Política de Remuneração

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 88/2011, do Aviso n.º 10/2011, a Fincor definiu uma política de remuneração, consubstanciada nos números seguintes:

1. Nenhum dos administradores do Conselho de Administração é remunerado. No entanto, os Colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual com a Sociedade, poderão beneficiar, para além de remuneração fixa, de remuneração variável. Não beneficiam desta os membros da Mesa da Assembleia-Geral e o Fiscal Único.
2. A remuneração fixa dos colaboradores está definida pelos respectivos contratos de trabalho, não beneficiando, nesta data, de qualquer regime complementar de pensões nem de outros benefícios não pecuniários.
3. O montante global da remuneração variável atribuído a Colaboradores é decidido anualmente pelo Conselho de Administração, cabendo também a este órgão as decisões de alteração das parcelas de remuneração variável diferida ou de consubstanciação dessa remuneração variável em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, como previsto nos pontos 8 e 10 em baixo.
4. A remuneração variável a atribuir a cada elemento terá em conta os seguintes elementos:
 - a sua avaliação de desempenho;
 - a sua contribuição efectiva para alcançar os objectivos; e
 - os resultados da Fincor e o valor acrescentado que este registou no exercício.

Compete ao Conselho de Administração, juntamente com a respectiva Hierarquia, a avaliação dos colaboradores, com base em objectivos, qualitativos e quantitativos, previamente discutidos com cada colaborador. A avaliação tem ainda em conta, entre outros critérios, a observância da Legislação e de outro normativo, o controlo de diversos riscos inerentes às respectivas funções e o relacionamento com os clientes (externos e internos).

5. Os trabalhadores que exerçam funções de controlo, nomeadamente, *compliance*, gestão de riscos e auditoria interna, são remunerados de acordo com a prossecução dos objectivos associados às suas funções e da relevância destas, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo.

6. Por princípio a componente variável de remuneração não pode exceder o valor da componente fixa de remuneração para cada colaborador. Independentemente do referido, a instituição pode aprovar um nível máximo mais elevado para a componente variável da remuneração total desde que a componente variável de remuneração não exceda o dobro da componente fixa da remuneração de cada colaborador e desde que sejam cumpridos os procedimentos do ponto seguinte.

7. Para a aprovação de um rácio mais elevado mencionado no ponto anterior, a Fincor deverá apresentar à Assembleia Geral uma proposta pormenorizada que justifique a situação, incluindo a demonstração de que o rácio proposto é compatível com as obrigações da Sociedade, nomeadamente para a manutenção de uma base sólida de Fundos Próprios. A Assembleia Geral deliberará sobre a proposta apresentada por maioria de dois terços dos votos emitidos sendo que os colaboradores diretamente afetados pelos níveis máximos mais elevados da componente variável de remuneração, não estão autorizados a exercer direta ou indiretamente quaisquer direitos de voto enquanto acionistas. A Fincor informará de imediato o Banco de Portugal sobre a proposta apresentada aos acionistas e da deliberação que haja sido adotada.

8. A remuneração variável relativa ao ano "n-1" terá o seu pagamento no ano "n". Caso a remuneração variável anual exceda 6 salários brutos mensais, o seu pagamento poderá ser feito em parcelas trimestrais, semestrais ou anuais, consecutivas, a distribuir ao longo de 3 anos, cabendo ao Conselho de Administração a decisão final com base na seguinte tabela indicativa:

Remuneração Variável (em número de salários brutos mensais)	Diferimento do total da remuneração variável atribuída no ano1/ano2/ano3 (cujo pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual, respeitando sempre os totais anuais definidos pelo Conselho de Administração)
>6	80%/10%/10%
>10	60%/20%/20%
>14	50%/25%/25%
>18	40%/30%/30%
>22 (sujeito a um máximo de 28)	33,3%/33,3%/33,3%

O pagamento da remuneração variável atribuída, terá lugar após a realização, em cada ano, da Assembleia Geral Ordinária. Face aos resultados, à performance e aos indicadores de actividade alcançados em qualquer dos dois anos subsequentes à atribuição da remuneração variável, o Conselho de Administração poderá cancelar ou reduzir o pagamento de qualquer das parcelas ainda não paga. Esse cancelamento ou redução pode ser discricionário, não tendo que abranger a totalidade dos colaboradores. Qualquer parcela atribuída mas ainda não paga cancela-se obrigatoriamente em caso de despedimento por justa causa ou por acordo, ou em caso de saída do colaborador.

9. A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada caso a caso pelo accionista, e inclui uma componente variável em função da performance individual do administrador e do valor criado para o accionista, dos resultados alcançados e do risco assumido. Esta componente variável deverá incluir, salvo excepções devidamente justificadas, acções da Fincor, que não poderão ser alienadas até ao final do mandato em curso.

10. Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, isto é, não excederá o montante das remunerações que presumivelmente aquele receberia até ao final do mandato. Não existe qualquer acordo entre a Fincor e os titulares dos órgãos de administração que preveja a atribuição de indemnização em caso de renúncia ou destituição de administrador.

11. A Fincor reserva-se o direito de, por deliberação do Conselho de Administração, poder consubstanciar, no todo ou em parte, a remuneração variável, em instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição, tais como acções da própria Fincor ou opções de aquisição daquelas, em termos que regulará oportunamente, se for esse o caso.

12. A política de remuneração é avaliada pelo menos uma vez por ano pelos órgãos de controlo da Fincor, nomeadamente Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria Interna, os quais se articularão entre si para esse efeito e cujo relatório será apresentado ao Conselho de Administração. O documento de política de remuneração é apresentado à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade e, nos termos legais, é divulgada no site da Fincor, nos aspectos a que for obrigado, bem como constará no Relatório e Contas do Exercício. Ainda de Acordo com o Aviso n.º 10/2011, a declaração da Administração sobre a conformidade da política de remuneração será remetida ao Banco de Portugal, integrada no Relatório de Controlo Interno.

13. No último ano verificou-se uma total conformidade, sem excepções, das remunerações auferidas pelos colaboradores da Fincor com a política de remunerações existente.

Anexo II - Posição Accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2014, era a seguinte:

- Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2014 nem transaccionou acções da empresa em 2014.

Anexo III - Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

- Accionistas com pelo menos metade do capital social:

Real Vida Seguros, S.A.

Anexo IV- Documentos de Prestação das Contas e de Fiscalização e Auditoria

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único





Fincor
CORRETORA

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa

Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590

Capital Social: Euros 1.723.905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	18	1	-
Juros e encargos similares	19	(460)	(5)
Margem financeira		<u>(460)</u>	<u>(5)</u>
Rendimentos de serviços e comissões	20	5.352	6.813
Encargos com serviços e comissões	20	(2.794)	(3.498)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		5	4
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		1	
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		(0)	(17)
Resultados de alienação de outros activos		(4)	(2)
Outros resultados de exploração	21	(391)	(60)
Produto bancário		<u>1.708</u>	<u>3.235</u>
Custos com pessoal	22	(642)	(836)
Gastos gerais administrativos	23	(1.796)	(1.625)
Amortizações do exercício	7/8	(59)	(52)
Provisões líquidas de reposições e anulações	12	736	45
Resultado antes de impostos		<u>(52)</u>	<u>767</u>
Impostos			
Correntes	10/24	(118)	(247)
Diferidos	10/24	0	(62)
Resultado líquido do exercício		<u>(171)</u>	<u>458</u>
Numero de acções		345.472	345.472
Resultado por acção (em Euros)		(0,49412)	1,32673

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís António Antunes
Paulo Antunes
André Mucos

Luís

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa

Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590

Capital Social: Euros 1.723.905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		5.351	6.813
Pagamento de juros e comissões		(3.252)	(3.501)
Pagamento a pessoal e fornecedores		(1.930)	(2.980)
(Pagamento) / Recebimento de imposto sobre o rendimento		(353)	87
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional		(318)	(38)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		(502)	380
 (Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		12	-
Aplicações em instituições de crédito		12	(10)
Outros activos e outras contas de regularização		(1.916)	3.790
		(1.892)	3.780
Caixa líquida das actividades operacionais		(2.394)	4.160
 Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis		(84)	(61)
Caixa líquida das actividades de investimento		(84)	(61)
Varição líquida em caixa e equivalentes		(2.478)	4.099
Caixa e equivalentes no início do período		6.245	2.146
Caixa e equivalentes no fim do período	3/4	3.767	6.245

António Caldeira O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Paulo Rebelo

Andréa Duarte

Luís



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
 Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, 1250-097 Lisboa
 Pessoa Coletiva e inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
 Capital Social: Euros 1.723.905,28 (integralmente realizado)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013**
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados		Resultado líquido do exercício	Total
					Reservas de reavaliação	Reserva Legal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.724	-	1	200	-	(1.694)	247	478
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2012	-	-	-	25	-	223	(247)	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	458	458
Rendimento integral de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.724	-	1	225	-	(1.471)	458	936
Alterações no período:								
Aplicação do lucro do exercício de 2013	-	-	-	46	-	412	(458)	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	(1)	-	-	-	(171)	(171)
Rendimento integral de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1.724	-	-	271	-	(1.059)	(171)	765

Luís Pereira
Rodrigo
André Duarte

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Luís



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Rua Duque de Palmela, 37 - 3º Andar, 1250-097 Lisboa
Pessoa Coletiva e Inscrição na C.R.C. Lisboa sob o n.º 502905590
Capital Social: Euros 1.723.905,28 (integralmente realizado)

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	(171)	458
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(171)	458
Rendimento integral do exercício	(171)	458

Luís António Antunes
Paulo R. C. C.
André M. T. H.

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Re AN
a
M

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Rua Duque de Palmela, 37 – 3º Andar, em Lisboa.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efectuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais. Existem neste momento 2 lojas em Portugal.

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social (Nota 14). Actualmente a sociedade integra o Grupo Patris e desde 27 de Setembro de 2013, é detida integralmente pela Real Vida Seguros, S.A..

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006, a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

AN
R
14

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

A 31-12-2014 os câmbios das moedas em utilização pela Sociedade são como segue:

31.12.2014	
Moeda	Taxa de câmbio
Coroa Dinamarquesa	7,4453
Coroa Norueguesa	9,042
Coroa Sueca	9,393
Dólar Canadiano	1,4063
Dólar dos Estados Unidos	1,2141
Dólar de Hong Kong	9,417
Franco Suiço	1,2024
Iene Japonês	145,23
Libra Esterlina	0,7789
Rand da África do Sul	14,0353

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

Am
B/c
14

i) Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em Junho de 2011, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão por incorporação das prestações suplementares de capital.

e) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Am
L
M

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a

manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com o software adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

g) Provisões

As provisões constituídas visam fazer face a potenciais riscos futuros decorrentes da actividade da Fincor, nomeadamente riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos, de acordo com o IAS 37 (Nota 12).

h) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

A principal estimativa utilizada refere-se aos Impostos. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Caixa	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2.107	3.094
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	1.658	3.149
	<u>3.765</u>	<u>6.243</u>

Os Depósitos à ordem em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Em instituições no País		
Millenium BCP	1.551	2.302
Banco Invest	300	-56
Caixa Geral de Depósitos	9	7
Banco BIC Português	236	795
Barclays	4	26
Banco Espírito Santo	8	20
	<u>2.107</u>	<u>3.094</u>
Em instituições no estrangeiro		
KAS BANK	1.123	1.658
ED&F MAN	860	1.338
Inversis	(368)	259
ETX	43	-106
Interactive Brokers	(1)	(1)
	<u>1.658</u>	<u>3.149</u>
	<u>3.765</u>	<u>6.243</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AN
L
M

Em 31 de Dezembro de 2014, os Depósitos à ordem eram determinados por moeda de acordo com as seguintes percentagens:

31-12-2014	
EUR	39%
USD	54%
CHF	6%
GBP	1%
<hr/>	
	100%

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 4.750/2019	4,75%	9	-	-	9
		<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Taxa de juro	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Instrumento de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 05/11/2010	3,35%	21	-	-	21
		<u>21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21</u>

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	4	16
	<u>4</u>	<u>16</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AN
L
R

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2013			Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2014		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(170)	2	-	-	(1)	172	(171)	1
	172	(170)	2	-	-	(1)	172	(171)	1
Equipamento									
Mobiliário e material	145	(140)	5	-	-	(1)	145	(141)	4
Máquinas e ferramentas	38	(38)	-	-	-	-	38	(38)	-
Equipamento informático	676	(641)	35	22	-	(29)	698	(670)	28
Instalações interiores	347	(331)	16	-	-	(3)	347	(333)	14
Material de transporte	24	(9)	15	43	(8)	(13)	59	(21)	38
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	13	(5)	7	2	-	(2)	15	(7)	8
	1.254	(1.176)	78	67	(8)	(48)	1.313	(1.221)	92
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.552	(1.472)	80	67	-	(49)	1.611	(1.518)	93

	2013						31-12-2013		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Abates	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos tangíveis									
Imóveis									
Despesas em edifícios arrendados	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
	172	(170)	2	-	-	-	172	(170)	2
Equipamento									
Mobiliário e material	144	(138)	6	1	-	(2)	145	(140)	5
Máquinas e ferramentas	38	(37)	1	-	-	(1)	38	(38)	-
Equipamento informático	661	(604)	57	15	-	(38)	676	(641)	35
Instalações interiores	347	(328)	19	-	-	(3)	347	(331)	16
Material de transporte	10	(9)	1	19	(5)	(4)	24	(9)	15
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	13	(5)	8	-	-	(1)	13	(6)	7
	1.223	(1.132)	91	35	(5)	(49)	1.254	(1.176)	78
Outros activos fixos tangíveis									
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	-	126	(126)	-
Total Activos tangíveis	1.521	(1.428)	93	35	(5)	(49)	1.552	(1.472)	80

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AN
B
M

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014							
	31-12-2013			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2014		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	60	(37)	23	17	(10)	77	(47)	30
Total Activos intangíveis	60	(37)	23	17	(10)	77	(47)	30

	2013							
	31-12-2012			Aquisições	Amortizações do exercício	31-12-2013		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Activos intangíveis								
Software	34	(33)	1	26	(4)	60	(37)	23
Total Activos intangíveis	34	(33)	1	26	(4)	60	(37)	23

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2014							
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

	31 de Dezembro de 2013							
	Participação Efectiva	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de Balanço
				Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5%	5	-	-	-	-	-	5
		5	-	-	-	-	-	5

Esta rubrica corresponde integralmente ao custo de aquisição da participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE (BPN ACE) no montante de 5 mEuros.

Esta participação encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que apesar de no âmbito da aquisição da Sociedade pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, está em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN relativos a este processo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AM
As
M

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	129	33
	<u>129</u>	<u>33</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(118)	(247)
	<u>(118)</u>	<u>(247)</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	-	-
Relativos a Prejuízos Fiscais	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2012	Variação em Resultados	Saldo em 31-12-2013	Variação em Resultados	Saldo em 31-12-2014
Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	54	(54)	-	-	-
Relativos a diferenças temporárias	8	(8)	-	-	-
	<u>62</u>	<u>(62)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto no exercício de 2014 pode ser demonstrada como se segue:

Reconciliação da Taxa de Imposto

	2014
Resultado Antes de Imposto	-52
Taxa Nominal de Imposto	24,5%
	<u>-13</u>
Diferenças Permanentes (i)	56
Ajustamento à Colecta	61
Imposto sobre o Rendimento do exercício	<u>118</u>
Taxa efetiva de imposto	209%
Imposto Corrente	-118
Imposto Diferido do Exercício	0
	<u>-118</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Ad
L
A

11. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Operações de bolsa por regularizar	14.684	29.411
Valores vencidos	37	775
Devedores diversos	1.439	164
Despesas com custo diferido	101	106
Rendimentos a receber	423	16
	<u>16.684</u>	<u>30.472</u>
Provisões para valores vencidos (Nota 12)	(37)	(775)
	<u>(37)</u>	<u>(775)</u>
	<u>16.647</u>	<u>29.697</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013
Mais de um ano e menos de três anos	-	-
Mais de três anos	37	775
	<u>37</u>	<u>775</u>

O montante reconhecido em Devedores diversos inclui o valor a receber da Real Vida Seguros, S.A., de 734 mEuros, respeitante à operação de cessão de créditos descrita na Nota 12, assim como, 433 mEuros relativos a reembolsos de impostos ainda não efetuados pelo Kas Bank.

12. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31-12-2013	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCAs	Diferenças cambiais	31-12-2014
Provisões para devedores							
Valores vencidos	775	-	(739)	-	-	-	37
	<u>775</u>	-	<u>(739)</u>	-	-	-	<u>37</u>
Outras Provisões							
Para riscos gerais de crédito	-	2	-	-	-	-	2
	-	<u>2</u>	-	-	-	-	<u>2</u>
	<u>775</u>	<u>2</u>	<u>(739)</u>	-	-	-	<u>39</u>

O valor da provisão para créditos de cobrança duvidosa respeitava, essencialmente, à Nota de Débito emitida pela Fincor ao BPN Serviço ACE e que corresponde ao valor das remunerações pagas pela Sociedade aos seus colaboradores que se encontravam cedidos ao BPN Serviços ACE. Dado que o montante em causa ainda não tinha sido liquidado a Sociedade constituiu em 2011 uma

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Al
Re
M

provisão para o montante vencido, de acordo com a carta de aprovação do Banco de Portugal datada de 9 de Junho de 2011. Em 2011 foi realizada a compensação de parte desta nota de débito com o montante de 373 mEuros, contabilizado como credores diversos, no exercício findo em 31 Dezembro de 2010, relativos à facturação emitida pelo BPN Serviços ACE. Em 2014, na sequência do contrato de Cessação de Créditos celebrado entre a FINCOR, a Real Vida Seguros, S.A. e a Patris Investimentos SGPS, S.A. a Sociedade procedeu à anulação da referida provisão.

13. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Juros de empréstimos	<u>19</u>	<u>0</u>
	<u>19</u>	<u>0</u>

Em Setembro de 2014, foi assinado com a Real Vida Seguros, S.A. um contrato de facilidade de tesouraria remunerado a uma taxa anual de 2% com juros semestrais. O montante apresentado nesta rubrica diz respeito aos juros a pagar pela Fincor referente ao período compreendido entre Setembro e Dezembro de 2014.

14. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Operações de bolsa a regularizar	<u>15.730</u>	<u>29.450</u>
Outros encargos a pagar	<u>1.482</u>	<u>590</u>
Credores diversos	<u>2.567</u>	<u>4.897</u>
	<u>19.779</u>	<u>34.937</u>

A rubrica Operações de bolsa a regularizar inclui 232 mEuros respeitantes à valorização cambial positiva do saldo da conta de liquidação em dólares cujo proveito prudentemente não foi reconhecido por se aguardar o resultado das reconciliações bancárias em curso.

15. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital da Fincor ascendia a 1.724 mEuros, sendo detido integralmente pelo seguinte acionista:

	<u>% de Participação</u>	<u>Montante</u>
Real Vida Seguros, S.A.	<u>100%</u>	<u>1.724</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AM
R
M

Em Junho de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital da Sociedade mediante a conversão de prestações acessórias de capital realizadas pela accionista única, no montante de 424 mEuros.

16. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Reservas de reavaliação	-	1
Outras reservas e resultados transitados	(788)	(1.246)
Resultado líquido do exercício	(171)	458
	<u>959</u>	<u>(788)</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efectuada no âmbito da aplicação das NCA's.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

17. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósitos e Guarda de valores		
KAS BANK	19.481	20.568
Inversis	14.578	5.028
Banco BIC Português	1	42
Banco Invest	8.103	
EFA	1.077	
	<u>43.239</u>	<u>25.638</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AM
L
M

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Depósito de guarda de valores” diz respeito aos títulos de clientes para os quais a Fincor, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Aplicações em instituições de crédito no país	<u>1</u>	<u>0</u>
	<u>1</u>	<u>0</u>

19. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Juros de credores e outros recursos	<u>460</u>	<u>5</u>
	<u>460</u>	<u>5</u>

A rubrica de Juros de credores e outros recursos inclui 437 mEuros de juros e encargos debitados pelo Kas Bank no âmbito do processo operacional de gestão e liquidações de operações, 19 mEuros respeitantes ao contrato de facilidade de tesouraria descrito na Nota 13 e 4 mEuros de despesas bancárias.

20. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	5.148	6.468
Outras comissões recebidas	10	5
Por serviços prestados	<u>194</u>	<u>340</u>
	<u>5.352</u>	<u>6.813</u>
<u>Encargos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros	<u>2.794</u>	<u>3.498</u>
	<u>2.794</u>	<u>3.498</u>

As lojas da Fincor actuam como receptoras de ordens para a Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AN
L
M

Os principais aspectos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspectos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	<u>37</u>	<u>46</u>
	<u>37</u>	<u>46</u>
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	<u>(428)</u>	<u>(106)</u>
	<u>(428)</u>	<u>(106)</u>
Outros Resultados de exploração	<u>(391)</u>	<u>(60)</u>

Em 2014 a rubrica de “Outros encargos e gastos operacionais” é essencialmente constituída por gastos relativos a anos anteriores (204 mEuros) e gastos resultantes da execução de operações (204 mEuros).

22. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Salários e vencimentos	444	505
Encargos sociais obrigatórios	128	11
Outros custos com pessoal	<u>70</u>	<u>218</u>
	<u>642</u>	<u>734</u>

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante o ano de 2014 e do ano de 2013, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

LA
AM
ca
M

	31-12-2014	31-12-2013
Funções de direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	14	11
Funções administrativas	2	2
	<u>17</u>	<u>14</u>

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Deslocações, estadas e representação	470	470
Comunicações	450	335
Rendas e alugueres	163	140
Honorários e avenças	140	97
Conservação	23	52
Fornecimentos	26	49
Publicidade e edição de publicações	36	33
Multas e penalidades	11	30
Seguros	4	1
Outros serviços de terceiros		
Serviços especializados	224	182
Informática	224	216
Encargos com formação	-	-
Limpeza	1	3
Outros	23	17
	<u>1.796</u>	<u>1625</u>

Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas Oliveira Reis e Associados, SROC Lda., em funções no exercício findo a 31 de Dezembro de 2014 ascendem a 23,5 mEuros, dos quais:

- Revisão legal das contas: 10,3 mEuros
- Outros serviços de serviços de garantia de fiabilidade: 13,2 mEuros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Handwritten initials and signature in blue ink, including the letters 'AA' and a signature.

24. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Imposto sobre os lucros		
Correntes (Nota 10)	118	247
Diferidos (Nota 10)	-	62
	<u>118</u>	<u>309</u>

25. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho – Vogal não executivo
- Carla Andreia Duarte Silva – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2014, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Outros Passivos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	-	(38)
Imopatris - Fundo Especial de Investimento	10	2
	<u>10</u>	<u>(36)</u>

A 31 de Dezembro de 2013, o saldo com a Patris Investimentos, SGPS, S.A., é referente à cedência de pessoal no decorrer do exercício de 2013.

A 31 de Dezembro, o grupo económico no qual a Fincor está integrada era composto pelas seguintes entidades:

- Patris Investimentos, SGPS, S.A.
- Aero Topográfica, Lda.
- Companhia das Aguas Medicinais da Felgueira, S.A.
- Nova Companhia do Grande Hotel das Caldas da Felgueira, S.A.
- Patris Serviços Financeiros, Lda.
- Geovita – Energia da Terra, Lda.
- Patris Capital Partners – FCR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

AM
L
M

- SPATER – SPA'S e Termas de Portugal, S.A.
- Aero Topográfica II, S.A.
- IMOPATRIS – FEII
- CENTRO VENTURE – Sociedade de Capital de risco, S.A.
- Patris Gestão de Activos – SGFIM, S.A.
- Patris Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.
- CIMAFI – Consultadoria Internacional em Marketing e Finanças, Lda.
- REAL VIDA SEGUROS, S.A..
- Altavisa – Gestão de Patrimónios, S.A.
- Real Capital - FCR

26. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2014		Total
	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	9	-	9
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5
	<u>9</u>	<u>5</u>	<u>14</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, o justo valor de activos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	2013		Total
	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	
Activo			
Activos Financeiros disponíveis para venda	21	-	21
Investimentos em filiais, associadas e empresas do grupo	-	5	5
	<u>21</u>	<u>5</u>	<u>26</u>

27. GESTÃO DE RISCOS

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor, o previsto nº 5 do artigo nº16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

26.1 Risco de Crédito

Na Fincor o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A Sociedade definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

26.2 Risco de Mercado

O risco de mercado da Sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a Sociedade apenas detém em carteira Obrigações do Tesouro, a que é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores, situação em que o risco é no entanto mínimo. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

26.3. Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro, face à actividade desenvolvida pela Sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da Sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).




26.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias, as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da Sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

26.5 Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de balanço de 20.684 milhares euros e um total de capital próprio de 765 milhares euros, incluindo um resultado líquido negativo de 171 milhares euros), as Demonstrações dos resultados do exercício, das alterações do capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, em 31 de dezembro de 2014 e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para o seguinte:

9.1 O BPN / Banco BIC procedeu, em setembro de 2012, ao cancelamento do acordo de Clearing (Clearing Agreement Between a General Clearing Member and a Trading Member) firmado com a Empresa, com efeito a 26 de novembro de 2012, não permitindo que até ao final desse ano fosse efetuado o ajustamento da arquitetura dos sistemas de informação e do conjunto de controlos implementado pela Fincor à nova realidade. Desde esse momento, a Fincor tem vindo a proceder à normalização da sua operativa e das ligações entre o sistema operacional e o banco depositário e entre o sistema operacional e o sistema contabilístico, de forma a readaptar-se às necessidades e exigências da atividade, incluindo a necessidade de regularização de um conjunto de diferenças geradas. Neste sentido, ao longo do ano de 2014 prosseguiram os procedimentos de análise a operações existentes em aberto nas conciliações bancárias, bem como de saldos de clientes. Relativamente a estes, as diferenças pendentes de identificação apresentam-se, à data, residuais. No que concerne às conciliações bancárias foi já possível regularizar ou identificar um número muito significativo de movimentos, encontrando-se este processo em fase de conclusão;

9.2 Considerando os procedimentos de conciliação em curso referidos no parágrafo anterior e de acordo com o divulgado na nota 14 do Anexo, a Administração da Fincor decidiu não reconhecer um rendimento, no montante de 232 milhares de euros, associado ao impacto decorrente da valorização cambial ocorrida em 2014 do saldo do depósito à ordem associado à liquidação de operações, expresso em dólares americanos.

Lisboa, 29 de maio de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o Relatório da nossa atividade e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas de *FINCOR SOCIEDADE CORRETORA, S.A.*, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Do exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas desenvolvemos os procedimentos que considerámos adequados e emitimos Relatório anual, bem como **Certificação Legal das Contas**, a qual deve ser entendida como complemento deste Relatório.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, considerando as nossas conclusões constantes da referida "Certificação Legal das Contas", que envolvem, na medida aí referida, a nossa apreciação dos princípios, políticas e critérios adotados e da conformidade do sistema contabilístico com os preceitos legais e exprimem a nossa opinião de que esses documentos apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e os resultados das suas operações no exercício e atendendo a que o Relatório de Gestão contém a proposta de aplicação de resultados,

somos de parecer que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de maio de 2015

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266